



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

183

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RA NO AI Nº 0325017-7**  
**EMBARGANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A**  
**EMBARGADA: BAZÉ NAIR DE SOUZA**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS A ACÓRDÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 535, DO CPC - LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO - MATÉRIA JÁ DISCUTIDA DE FORMA SATISFATÓRIA - MERO INCONFORMISMO DA RECORRENTE - ACLARATÓRIOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.**

- A formação do convencimento do Juiz não está adstrita aos argumentos da parte e, tampouco, está obrigado o Magistrado a apreciar pontualmente os dispositivos legais levantados pelos litigantes, sendo necessário apenas que fundamente a sua decisão, explicitando os motivos que levaram à formação do seu juízo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos embargos de declaração.

Recife, 10 de Junho de 2014.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RA NO AI Nº 0325017-7**

**EMBARGANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A**

**EMBARGADA: BAZÉ NAIR DE SOUZA**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração manejados contra o acórdão desta Sexta Câmara que, à unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso de Agravo interposto pela ora embargante, ratificando a decisão que negou seguimento ao Agravo de Instrumento e manteve a decisão *a quo* que afastou a preliminar de Ilegitimidade Passiva e a preliminar de Prescrição.

Sustenta a embargante, em apertada síntese, que a decisão ora impugnada apresenta-se omissa, porquanto não analisou alguns dispositivos legais pertinentes à matéria.

Requer que seja sanada a omissão apontada.

Por fim, intenta a recorrente, com o presente recurso, prequestionar matéria que alega não ter sido apreciada na decisão embargada.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

**VOTO**

Analisando os argumentos traçados pela recorrente, percebo que esta opôs os presentes aclaratórios movida pelo mero inconformismo com a decisão embargada, a qual se apresenta indene de quaisquer dos vícios ensejadores dos presentes recursos, dispostos no art. 535, do CPC.

A alegação de que este Órgão Julgador não apreciou os dispositivos legais apontados pela parte não propicia a oposição de embargos, pois a formação do convencimento do Juiz não está adstrita aos argumentos da



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

185.

parte e, tampouco, está obrigado o Magistrado a apreciar pontualmente os dispositivos legais levantados pelos litigantes, sendo necessário apenas que fundamente a sua decisão, explicitando os motivos que levaram à formação do seu juízo, nos termos do art. 131, do CPC.

As omissões previstas no art. 535, do CPC, dizem respeito à ausência de explanação por parte dos julgadores acerca dos pontos trazidos pela parte, e não por ter-se deixado de dar provimento aos anseios recursais. As alegações inseridas no corpo do recurso foram, efetivamente, analisadas e rebatidas, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, mostra-se patente o inconformismo da recorrente face à decisão ora embargada, pretendendo tão somente prequestionar a matéria, com escopo de interpor recurso nas instâncias superiores.

Com tais considerações e por não vislumbrar qualquer omissão na decisão atacada, **voto para negar provimento aos aclaratórios**, mantendo intacto o acórdão proferido nos autos do recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 10 de Junho de 2014.



**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**